

Dinâmicas de poder, Estado e masculinidades: reflexões e perspectivas teóricas

Análisis de trayectorias como herramienta metodológica en ciencias sociales: Relevancia y contribuciones en el escenario brasileño

Karolayne da Cunha Gonsalves¹

Resumo

O texto aborda a complexidade e subjetividade do Estado e sua relação com gênero e masculinidades. O trabalho busca discorrer sobre a dificuldade de definir o Estado, destacando a diversidade de suas manifestações e seus efeitos no cotidiano. A partir de diversas perspectivas teóricas, como as de Norbert Elias (2006), Pierre Bourdieu (2014) e Michel Foucault (2008), discute-se a natureza e as dinâmicas de poder do Estado. Em seguida, o texto explora a intersecção entre Estado e gênero e, com a mobilização de autores, o texto traz “gênero” enquanto uma categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder e as estruturas sociais. Por fim, o foco se volta para as masculinidades, especialmente as masculinidades negras, explorando sua complexidade e as intersecções com raça e classe social. Finalmente, busca-se manifestar a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender as subjetividades nas relações entre o Estado, masculinidades, gênero, raça e classe. A metodologia do artigo consistiu em uma revisão teórica de autores clássicos que formulam concepções sobre o Estado, bem como de autores que discutem masculinidades e gênero. A partir dessa articulação teórica, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre o conceito de Estado patriarcal, tensionando os modelos tradicionais de compreensão do Estado que desconsideram as dimensões de gênero e masculinidades.

Palavras-Chave: Estado; Gênero; Masculinidades.

Resumen:

El texto aborda la complejidad y subjetividad del Estado y su relación con el género y las masculinidades. El trabajo busca discutir la dificultad de definir el Estado, destacando la diversidad de sus manifestaciones y sus efectos en el cotidiano. A partir de diversas perspectivas teóricas, como las de Norbert Elias (2006), Pierre Bourdieu (2014) y Michel Foucault (2008), se discute la naturaleza y las dinámicas de poder del Estado. Luego, el texto explora la intersección entre Estado y género y, movilizándolo a autores, presenta al “gênero” como una categoría analítica fundamental para comprender las relaciones de poder y las estructuras sociales. Finalmente, el enfoque se centra en las masculinidades, especialmente las masculinidades negras, explorando su complejidad y las intersecciones

¹ Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS).

con raza y clase social. Por último, se busca manifestar la necesidad de un enfoque interseccional para comprender las subjetividades en las relaciones entre el Estado, las masculinidades, el género, la raza y la clase. La metodología del artículo consistió en una revisión teórica de autores clásicos que formularon concepciones sobre el Estado, así como de autores que discuten masculinidades y género. A partir de esta articulación teórica, el artículo propone una reflexión crítica sobre el concepto de Estado patriarcal, tensionando los modelos tradicionales de comprensión del Estado que desconsideran las dimensiones de género y masculinidades.

Palabras-Clave: Estado; Género; Masculinidades.

1. Introdução

Ao refletir sobre o Estado, entramos na dicotomia de analisá-lo como uma instituição material capaz de nos afetar com o seu potencial de governabilidade, na sua presença e nos impactos da sua ausência. O objeto que nos atinge no cotidiano, seja nos detalhes burocráticos da sua afeição, como nas ações diretas a partir dos seus agentes, ou, ainda, na reflexão das suas subjetividades e, por fim, onde e no que o Estado pode estar e que muitas vezes não o identificamos, o que torna o fazer pesquisa e a perspectiva sociológica tão fundamental para emergir reflexões acerca do questionamento: afinal o que é o Estado?

O Estado, sempre com “E” em maiúsculo, como um agente próprio e pessoal, me parece figura fantasiosa, criada e reproduzida como ator violento, com funcionalidade de regular e controlar a sociedade (pelo menos no imaginário social e na perspectiva de autores contratualistas) mas onde ele está, como ele se forma e como ele atua? Será que a constituição dessa imagem ocorre, de fato, de modo tão uniforme e regular como normalmente visualizamos em algumas teorias? Para mobilizar o debate em torno do Estado, resgato contribuições teóricas sobre o tema e aproveito para mobilizar as masculinidades para trazer contribuir com o diálogo.

Mas afinal, qual seria o sentido de mobilizar as masculinidades nos estudos sobre Estado? Pode-se perceber que o texto é movido a questionamentos e adianto que, poucos serão definitivamente sanados, afinal tudo que se gera a partir de Estado é inesgotável. Ele se produz e reproduz cotidianamente em suas inúmeras formas e opera de forma singular na vida/situação de cada indivíduo. Não consigo definir uma condição e uma definição estável do Estado, porque ele é tudo e ao mesmo tempo é nada, visto que sua presença

invisível permeia no imaginário e por isso que o torna tão difícil identificá-lo em determinadas situações, por isso decidi trazer as masculinidades para o *locus* de análise.

Em meu projeto de dissertação, analiso como a violência opera nos sentidos das masculinidades de homens autores de violência doméstica, a partir da trajetória de vida desses indivíduos. Ocorre que, mais uma vez nutrida pelos questionamentos, me coloquei a seguinte pergunta: e se tudo for violência? Esse fator não apenas pode definir as masculinidades constituídas, tampouco os episódios de violência doméstica, pois a violência perpassa as vivências individuais frequentemente, ainda que em níveis diferentes. Naturalmente surgiu outra indagação: de onde surge essa violência “natural” e a partir do que ela é vivenciada de formas diferentes?

Nesse movimento de compreender as masculinidades em torno do Estado, percebi que esse “Estado patriarcal” é muito taxativo e, ainda que soe arrogante, até mesmo simples para explicar as subjetividades e as intersecções que atravessam a vida de um homem (mas não apenas homens, que fique claro). No primeiro Grupo Reflexivo de Gênero² que eu acompanhei, observei que todos os homens que concluíram as atividades eram brancos e tinham uma situação econômica minimamente estável. Os dois homens que abandonaram já no segundo encontro eram negros, não tinham o ensino básico e não puderam acompanhar até o final, pois trabalhavam como profissionais liberais (ambos trabalhavam com obras e reformas, mas sem vínculo formal, ou seja, eles só recebiam pelo dia de trabalho exercido). Esse episódio me fez questionar as generalizações sobre esse “Estado patriarcal” ou o “Estado dos homens”. E não colocando em xeque qualquer desigualdade entre homens e mulheres, afinal esse não é o propósito do trabalho, tampouco deve-se abrir qualquer indagação sobre a veracidade disso, o que deve-se concentrar é no questionamento de quem são esses homens do Estado patriarcal? São homens pobres e negros? Na ocasião, quem “mereceu”, para o Estado, cumprir uma pena socioeducativa alternativa e quem tem o privilégio de ocupar esse espaço? Esses questionamentos não diminuem os fatos que levaram esses homens até o grupo, são apenas colocações para agregarem o debate que será proposto no presente ensaio. E, ainda que eu tenha mais perguntas do que respostas, o trabalho tem como finalidade

² O Grupo Reflexivo de Gênero é uma pena socioeducativa alternativa do Poder Judiciário do RS. Atualmente, na minha dissertação, busco compreender como as masculinidades de homens autores de violência doméstica são construídas e manifestadas no espaço do grupo.

dialogar sobre diferentes percepções em torno do Estado e gênero e, por fim, como podemos refletir sobre as masculinidades nesse cenário.

2. A subjetividade do estado: um olhar sociológico

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais, a primeira noção de Estado que é transmitida na universidade parte dos autores contratualistas, normalmente transmitida nas aulas de ciência política. Os debates são travados para compreender se a sociedade corrompe o homem ou se o homem é o seu próprio homem. Partimos de Aristóteles e vamos até Thomas Hobbes, Rousseau e John Locke. Essa perspectiva da formação do Estado nos acompanha ao longo da graduação e há uma certa dificuldade de desassociá-la do nosso campo de estudos. Ao migrar para uma perspectiva mais contemporânea, mas que ainda é considerada “clássica” dentro da sociologia, nós resgatamos a perspectiva de Estado-nação do Norbert Elias (2006).

Norbert Elias (2006), conforme visualizamos no texto “Processos de formação de Estados e construção de nações” parte de uma crítica ao funcionalismo parsoniano, principalmente no que tange a ideia de sistema, estrutura e função. Para Elias (2006) as especificações de totalidade do funcionalismo ficam apenas no campo da abstração, pois negligência o que ele julga mais importante: o Estado-nação. Além disso, para ele, se não for identificado esse processo que atravessa a sociedade, não conseguimos compreender o desenvolvido e as mudanças ocorridas na história. A ideia do autor está ligada à questão de um Estado nacionalista, vinculado a governabilidade e formador de indivíduos enquanto cidadãos.

Já para Pierre Bourdieu (2014), na obra “Sobre o Estado” o sociólogo desbrava a natureza e o funcionamento do Estado, em que supera a perspectiva normativa do Estado ser neutro e imparcial, mas que na realidade, existem relações de poder atravessados na dinâmica e existência do próprio. Para o autor seria impossível analisar o Estado de forma genérica, como se houvesse uma receita válida para todas as realidades:

Para escrever uma proposição universal sobre a gênese do Estado, estamos condenados a fazer uma comparação universal das formas de Estado, até o Estado soviético, passando pelo Estado dos impérios incas? Minha resposta é

não: podemos estudar um caso particular — ou um pequeno conjunto de casos particulares — de tal maneira que nosso projeto seja aí captar as formas universais do Estado, a lógica da gênese de uma lógica. (Bourdieu, 2014, p. 175).

Para tal, o autor (2014) sugere como alternativa para os estudos que se atentam ao Estado, o estruturalismo genético, superando as diferenças e complementando as pesquisas entre sociologia e história. Para o autor as disciplinas partilham as mesmas preocupações, mas podem contribuir de modo singular. Nesse estruturalismo genérico, o autor reforça o quão necessário é olhar para as estruturas sociais, buscando identificar as dinâmicas e transformações, pois defende que o Estado não é algo estático, sólido e imutável. A proposta de trazer a abordagem “multidisciplinar” vem na direção de compreender o papel da história na sociedade e, conseqüentemente, em entender que o Estado mudou sua configuração a depender do tempo, local e configuração social. Demandas e caminhos que talvez apenas a sociologia não fosse capaz de apreender no seu escopo de análise.

Já para Michel Foucault (2008), o Estado não se concentra nas estruturas sociais, políticas e governamentais, mas no poder que se manifesta de forma difusa e é identificado em diferentes situações e condições. Dessa forma, o Estado não age apenas a partir da dominação e violência direta, mas também através de práticas que têm a capacidade de controlar. O autor sugere, igualmente, que esse poder permeado na instância do Estado também se manifesta em outras instituições, como escolas, prisões e família. Essa perpetuação se dará a partir da política, também com discursos e práticas das instituições e da vida social em sociedade. Identificamos que aqui o Estado deixa de ser analisado com a lente macro, migrando para uma perspectiva micro, observando as outras manifestações de poder no cotidiano social, como constitui e reproduz simbologias de controle e regulamento. Esse movimento ficará mais claro quando o ensaio abordar gênero, pois as autoras se inspiram no pensamento foucaultiano para compreender as dinâmicas de gênero como um dispositivo de poder.

Depois de realizar o exercício de revisitar do autor acima, cabe mencionar a apresentação do dossiê “Fazendo Estado - O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal” (Souza Lima, 2012), que busca justamente questionar alguns padrões reproduzidos nos estudos sobre o Estado e

ver como a antropologia e o recurso da etnografia pode ser útil para proporcionar uma outra noção sobre as formações e representações estatais. Para os organizadores, antes de pensar em políticas públicas e ações de governo, precisamos pensar no Estado com uma dimensão de processo, fluxo e de performance. O Estado, para eles, configura e atualiza ações rotineiras e estereotipadas diariamente, a partir de dispositivos que já estão intrínsecos e se manifestam no sentir, na expressão e no discurso, por isso defendem que é necessário sair dessa noção institucionalista do Estado. Na minha visão, acredito que Foucault tenha caminhado na direção fugir da visão estática e do funcionalismo estatal, buscando identificar outros meios de analisar o Estado e suas dinâmicas de poder. Na próxima sessão, observamos como o Estado, gênero e masculinidades podem se relacionar.

3. Estado e Gênero

Em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*”, Joan Scott (1995) começa com uma revisão do conceito, abrangendo diversas áreas do conhecimento e diferentes correntes teóricas, como a marxista, a pós-estruturalista francesa e as teorias anglo-americanas. Após essa ampla revisão, Scott apresenta sua definição de gênero, rejeitando o determinismo biológico frequentemente usado para justificar disparidades entre indivíduos. Para Scott (1995), era essencial entender a "realidade social" através da lente de gênero, a fim de possibilitar mudanças sociais efetivas e escapar da binaridade tradicional. Assim, as desigualdades estão ligadas a contextos mais amplos, como os sistemas socioculturais, definidos por leis, regras e simbologias. A principal influência de Scott nesse período foi Michel Foucault, com o objetivo de analisar o gênero sob a perspectiva das relações de poder:

É preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de forças” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem [...] (Scott, 1995)

A autora acredita que, dentro dos processos e estruturas sociais, existe um espaço de ação humana onde são construídas as identidades, os relacionamentos, a linguagem e, em última instância, a própria vida. Nesse contexto, a ideia binária de gênero, fundamentada no sexo biológico, seria cultivada e perpetuada por meio da inserção cultural, da educação e da imposição de normas. A contribuição de Foucault é especialmente relevante, pois Scott compreende o gênero como uma dimensão fundamental das relações de poder, como ela mesma aponta:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (Scott, 1995, p. 88)

Para Scott (1995), o gênero surge a partir de quatro elementos interconectados: i) Os símbolos culturais, representações simbólicas que reforçam a ideia de homem e mulher. Um exemplo disso na tradição cristã ocidental é Maria, cujo símbolo remete à maternidade, delicadeza e carinho, associando a mulher a essas qualidades; ii) Conceitos normativos que expressam os significados desses símbolos. Esses conceitos estão presentes em doutrinas religiosas, educação, ciência e política, geralmente baseados em uma visão binária ou fixa do tipo homem e mulher, masculino e feminino; iii) A concepção política, das instituições e da organização social: para a autora, embora o gênero seja construído por meio do parentesco, ele não se limita a esse contexto. A reprodução do gênero se dá também no mercado de trabalho, na educação e no sistema político, com uma organização ampla que transcende o parentesco; iv) A identidade subjetiva: a autora propõe uma visão histórica, buscando compreender as relações nas atividades, organizações e representações sociais (Scott, 1995).

Assim, como podemos perceber, para Scott (1995), o gênero é compreendido a partir de uma perspectiva foucaultiana, onde é visto como uma forma primária de dar sentido às relações de poder. Nesse contexto, Vianna e Lowenkron (2017) argumentam que gênero e o Estado não podem ser tratados de maneira separada; ou seja, o gênero não deve ser considerado apenas uma categoria de análise das configurações estatais, mas sim

estudado paralelamente, de forma integrada e unificada ao Estado. Corroboro com a defesa das autoras que se fundamenta no fato de que, para ela, não é possível pensar nas relações de gênero fora do contexto estatal, tampouco pode haver uma configuração estatal que não seja atravessada pelas dinâmicas de gênero. Para reforçar esse argumento, as pesquisadoras realizam uma análise cuidadosa da figura estatal nas práticas e reflexões dos movimentos feministas, destacando o feminismo marxista, liberal e radical. Cada vertente propunha diferentes abordagens: enquanto um movimento visava modificar a funcionalidade econômica do Estado, outro acreditava que bastava flexibilizá-lo e incluir as mulheres, e um terceiro grupo, dentro do feminismo radical, defendia que o Estado, sendo patriarcal, deveria ser destruído. Ao se aprofundarem no feminismo radical, as autoras começam a explorar pontos que são centrais para este ensaio³.

As autoras resgatam esse debate sobre o Estado patriarcal e o movimento feminista radical. O argumento defendido, é que o Estado é masculino e está alinhado aos interesses de homens. No entanto, inicialmente pelo menos, essa perspectiva “patriarcal” era ampla, negligenciando as inúmeras intersecções existentes e marcadores sociais que atravessam corpos de homens. Ainda que seja frutífero pensar que as dinâmicas de gênero são co-existent e são produzidas e reproduzidas no seio do Estado, assegurando a existência dele, tal como o Estado garante a condição da padrões normativos de gênero, é necessário ter cautela ao entender o Estado como patriarcal e àquele que prioriza os interesses dos homens. Afinal, que homem é esse?

3.1. Masculinidades

Ainda movida pelo meu campo de mestrado, além dos inúmeros questionamentos já colocados nesse trabalho, há uma certa revolta ao perceber o tratamento diferenciado entre uns e outros. Há também uma confusão enquanto pesquisadora, mulher e feminista. Esse sentimento ambíguo de desejar a igualdade e a justiça para as mulheres vítimas (mas

³ O feminismo liberal nasce do pressuposto de que a desigualdade de gênero está na ausência de direitos e oportunidades iguais dentro das instituições sociais, como o mercado de trabalho, a educação e a política. Seu foco está na promoção da equidade por meio de reformas legais e políticas públicas, buscando a inserção das mulheres nas estruturas já existentes do sistema liberal-capitalista. Por sua vez, a vertente marxista, articula a opressão de gênero à lógica do modo de produção capitalista. Esse feminismo entende que a desigualdade está intrinsecamente ligada à divisão sexual do trabalho e à reprodução social. A exploração das mulheres, especialmente no trabalho doméstico e reprodutivo, seria a alimentação do capital. Por fim, o feminismo radical foca na crítica ao patriarcado como um sistema autônomo de dominação, anterior e transversal a outras formas de opressão. Essa vertente enfatiza a necessidade de ruptura com as normas de gênero e com a centralidade da sexualidade masculina como forma de dominação. Existem inúmeras correntes do feminismo, no entanto, essas três dialogam com a proposta do trabalho.

não apenas essas) e, ao trabalhar com homens, me pegar dividida entre sentir raiva pela violência cometida, mas, igualmente, sentir dor pelo histórico de violência e pelos recortes que atravessam a vivência de cada um. Fazer sociologia não evita que o pesquisador se afete no campo, na realidade, esse contato é um exercício para trabalhar a ética e o artesanato intelectual.

Diante de alguns desconfortos do meu campo, a reflexão desse “Estado patriarcal” perde sentido. Não apenas por não compreender essa figura como algo sólido, material, uniforme, normativo e institucional, mas por questionar esse “patriarcal”. Ainda que me pareça um exercício desafiador, o pensar duplo de gênero e Estado, teria que ser um pensar triplo, agregando raça neste debate. Ao perceber que os homens que chegam no Grupo Reflexivo de Gênero e que tem a oportunidade de cumprir uma pena socioeducativa mais branda, são praticamente todos brancos e, aqueles que não são, não conseguem completar por conta das condições em que vivem, me faz lembrar do conceito de necropolítica do Achille Mbembe (2016). Ainda que essa situação não seja não comparável à ideia de quem merece viver e morrer, está atrelada a concepção de biopoder, em que os braços do Estado conseguem controlar a vida dos indivíduos. Então, quem é esse Estado patriarcal mesmo? Ele segue os interesses de um homem branco ou é um homem negro? Se fosse um homem negro, por que ele não consegue acompanhar um grupo ou por que ele não foi selecionado para cumprir uma pena mais branda? A quem interessa a exclusão de homens negros da sociedade?

Nesse aspecto, vale lembrar Sueli Carneiro (2023) que também resgata Foucault e o conceito de biopoder, compreendendo a raça também como um dispositivo de poder. A autora inclusive chama atenção para uma concepção de gênero limitada, sobretudo no caso do Brasil, que não pode ignorar o seu processo histórico-social. Certamente me fez perceber que foi até “inocência” (ou limitação de mulher branca) da minha parte me surpreender com o recorte racial do grupo reflexivo. Por isso, cabe frisar:

“Meu pressuposto é o de que, no contexto da modernidade ocidental, a racialidade vem se constituindo num dispositivo, tal como essa noção é concebida por Foucault. A racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de

subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder.” (Carneiro, 2023)

Para Daniel Santos (2019), a desumanização de homens e mulheres negras reflete as políticas europeias, o colonialismo e a escravidão. Ele recorre a bell hooks (1995), que aborda o processo de desumanização dos corpos negros e como esse fenômeno se articula em uma dinâmica de dominação, inclusive no que diz respeito à valorização do conhecimento produzido por homens negros e mulheres negras, visto que, no imaginário coletivo ocidental, o branco sempre foi considerado o detentor da razão. Essa situação contribui para as dificuldades atuais em articular o movimento feminista, pois a teoria feminista emerge a partir de uma necessidade específica das mulheres brancas eurodescendentes, desconsiderando as desigualdades que existem dentro das próprias experiências compartilhadas entre as mulheres.

O patriarcado combatido pela teoria feminista, para Santos (2019), é um patriarcado de supremacia branca. Essa mesma teoria de matriz branca, sufragista e europeia, contribuiu para a desumanização das mulheres negras e dos homens negros, mantendo um debate que, embora se oponha ao patriarcado e defenda a igualdade de direitos entre homens e mulheres, é fundamentado no racismo. Como diz Santos (2019):

A ausência do homem negro na teoria feminista eurocêntrica é mais um sinal do racismo do feminismo branco europeu, que destituiu simbólica e discursivamente a humanidade dos corpos negros masculinos, excluindo-os das hierarquias de poder gendradas. O homem da teoria feminista nunca foi o homem negro, pois este não é um homem [...] (Santos, 2019).

Santos (2019) rememora a conjuntura política do processo de abolição do trabalho escravo e do movimento sufragista nos Estados Unidos, que expôs claramente o racismo e revelou a lógica subjacente do movimento feminista branco e eurocêntrico. Esse projeto feminista, que excluía pessoas de cor, é um reflexo do colonialismo, mas que foi moldado e se perpetuou ao longo de diversos episódios históricos. Nesse contexto, entre o movimento sufragista de homens negros e mulheres brancas, as mulheres negras foram capazes de evocar a interseccionalidade e refletir sobre projetos que as contemplassem não apenas como mulheres, mas também enquanto parte das populações negras. Essas mulheres, muitas vezes ignoradas pelas narrativas historiográficas, foram fundamentais

para dar visibilidade aos debates raciais, incluindo as discussões sobre as masculinidades negras.

Sem o feminismo negro, é possível que as masculinidades negras ainda estivessem à margem do debate acadêmico. Além disso, para Santos (2019), um momento crucial para o feminismo negro contemporâneo foi a década de 1970, com o manifesto coletivo Combahee River, majoritariamente composto por mulheres negras lésbicas estadunidenses. Esse momento de fronteira (Anzaldúa, 2019) ou de status de *outsider within* (Collins, 2016), proporcionado pelo movimento feminista negro, estabeleceu uma frutífera epistemologia feminista negra, com uma perspectiva interseccional e experiências compartilhadas.

Nesse processo, as masculinidades negras ocupam um lugar particular entre raça e gênero, sendo, portanto, um tema que deve ser alvo de investigações acadêmicas, devido à sua complexidade e delicadeza. Homens negros vivem em um espaço contraditório e paradoxal no que diz respeito ao gênero e à sexualidade (Santos, 2019), pois, enquanto são oprimidos pelo racismo, podem, ao mesmo tempo, ocupar posições de privilégio e poder em determinados contextos de gênero. Esses contextos são atravessados pela interseccionalidade de outros marcadores sociais, como classe social, escolaridade e geração.

Os corpos de homens negros produzem dinâmicas de subordinação e opressão (Santos, 2019), e é nesse espaço que reside a complexidade das masculinidades negras, pois elas não são desenvolvidas de forma única, sendo influenciadas por diversas relações de poder que atravessam a construção desses indivíduos, e essas intersecções devem ser mais exploradas. Nesse sentido, a crítica feminista negra não responsabiliza os homens negros pela subordinação das mulheres negras, pelo contrário, ela explora o homem negro como uma vítima tanto do racismo quanto do patriarcado (Santos, 2019). O papel da interseccionalidade, nesse contexto, representa um desafio para o pensamento feminista negro, ao buscar compreender como raça e gênero interagem nessa dinâmica de poder e como os homens negros podem, ao mesmo tempo, participar desse processo de subordinação e opressão.

Considerações Gerais

Ainda que não tenha dada a devida profundidade ao tema das masculinidades e Estado, acredito que seja pertinente construir uma reflexão em torno do que consideramos um “Estado patriarcal”, questionar os modelos e os nossos entendimentos sobre o próprio Estado e se é possível desassociar as representações estatais das dinâmicas de gênero. Nessa complexidade sem fim, precisamos olhar para aqueles que estão à margem e onde as dinâmicas do ser/não ser Estado tomam o sentido de um mosaico ainda mais difícil de acompanhar. Esse ensaio buscou se alinhar às masculinidades que estão nessa margem e, partindo da ideia de que gênero é um duplo sentido ao estatal, cabe lembrar a autora Veena Das y Deborah Poole (2008):

Situados siempre en los márgenes de lo que se acepta como incuestionable control del estado, los márgenes que exploramos en este libro son simultáneamente sitios en donde la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar. Estos sitios no son meramente territoriales: son también (y quizás sea éste su aspecto más importante) sitios de práctica en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas mediante otras formas de regulación que emanan de las necesidades apremiantes de las poblaciones, con el fin de asegurar la supervivencia política y económica. (Das & Poole, 2008)

Talvez seja à margem que o Estado faça mais sentido e onde a etnografia, conforme defendem as autoras, seja tão essencial. Por fim, além de permitir introduzir alguns questionamentos que me acompanharão ao longo do mestrado, esse ensaio permitiu refletir sobre a conjunção entre masculinidades, raça e Estado, sobretudo o quanto essas figuras podem atuar coletivamente nas suas presenças e ausências, conforme Camila Fernandes (2020). O Estado, ainda que um campo mutável constante, é possível observar a branquitude na sua constituição (Parteniani, 2016) e o recorte de gênero. Desse modo, vejo esse ensaio como um incentivo para prosseguir com determinados questionamentos e aprofundar determinadas representações dessa visão tripla, entre raça, gênero e Estado.

Por fim, ainda que eu me questione sobre o processo de construção do Estado, sua atuação e sua subjetividade, não consigo questionar a presença das suas representações. O Estado, até quando ele é ausente, ele consegue ser presente. Não existe ausência do Estado quando existe alguém em situação de rua, passando fome, levando

tiro, recebendo batida de policial. Por isso, reforço mais uma vez, não acho que apenas gênero componha a produção dos sentidos estatais, penso que a raça tem papel fundamental, principalmente no contexto brasileiro. A raça desempenha um papel central, especialmente no Brasil, onde o racismo estrutura não apenas relações sociais, mas também a própria lógica de funcionamento das instituições. Assim, ao refletir sobre o Estado como categoria de análise no meu campo de pesquisa, acredito que gênero, raça e Estado, quando considerados em conjunto, formam um tripé analítico potente. Essa combinação permite acessar a complexidade que a realidade social impõe, especialmente quando se trata de pensar as masculinidades: suas expressões, hierarquias e implicações nas dinâmicas de poder.

Referências

ANZALDÚA, G. “Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam”. In: **Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts**. vol. 4, n. 1. Autumn, 2010.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014. [curso de 17 de janeiro. pp. 174-190] Arquivo.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023 (cap 1).

COLLINS, P. H. “Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: **Revista Sociedade e Estado**. vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21515>>.

DAS, V.; Poole, D. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Nº 27, pp. 19–52, 2008.

ELIAS, N. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: _____. **Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública**, 2006.

FERNANDES, C. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana**, n. 36, 2020, pp.206-230.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [Aula de 11 de janeiro de 1978; Aula de 18 de janeiro de 1978: pp 03-38; pp. 39-72].

HOOKS, b. “Intelectuais Negras”. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 03, n. 02, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>.



MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

SANTOS, D. Problemas de gênero dos homens negros masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 30, p. 71-95, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/773>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v.18, n.2, jul./dez.1990, 1995.

SOUZA LIMA, A. Carlos de. Apresentação do Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia (USP. Impresso)**, v. 55, 2012. pp. 559-564.

PARTENIANI, S.. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 31 n° 91 junho/2016. Arquivo

VIANNA, A; Lowenkron, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. In: **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 51, 2018. Arquivo